

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 10



SANTIAGO DE COMPOSTELA
2008

A AIL – Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como co-patrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. A sua sede se localiza-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos directivos são a Assembleia Geral dos sócios, um Conselho Directivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. O seu património é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudiosos aceites pelo Conselho Directivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembleia Geral.

Conselho Directivo

Presidente: Elias Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela
eliasjose.torres@usc.es

1.ª Vice-Presidente: Cristina Robalo Cordeiro, Univ. de Coimbra
cristinacordeiro@hotmail.com

2.ª Vice-Presidente: Regina Zilberman, UFRGS; FAPA; CNPQ
regina.zilberman@gmail.com

Secretária-Geral: M. Carmen Villarino Pardo
carmen.villarino@usc.es

Vogais: Anna Maria Kalewska (Univ. de Varsóvia); Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Claudius Armbruster (Univ. Colónia); Helena Rebelo (Univ. da Madeira); Mirella Márcia Longo Vieira de Lima (Univ. Federal da Bahia); Onésimo Teotónio de Almeida (Univ. Brown); Petar Petrov (Univ. Algarve); Raquel Bello Vázquez (Univ. Santiago de Compostela); Sebastião Tavares de Pinho (Univ. Coimbra); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro); Thomas Earle (Univ. Oxford).

Conselho Fiscal

Fátima Viegas Brauer-Figueiredo (Univ. Hamburgo); Isabel Pires de Lima (Univ. Porto); Laura Calcavante Padilha (Univ. Fed. Fluminense).

Associe-se pela *homepage* da AIL:

www.lusitanistasail.net

Informações pelos *e-mails*:

ailusit@ci.uc.pt

Veredas

Revista de publicação semestral

Volume 10 – Dezembro de 2008

Director:

Regina Zilberman

Director Executivo:

Benjamin Abdala Junior

Conselho Redactorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Helder Macedo, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. Por inerência: Anna Maria Kalewska, Claudius Armbruster, Cristina Robalo Cordeiro, Elias J. Torres Feijó, Fátima Viegas Brauer-Figueiredo, Helena Rebelo, Isabel Pires de Lima, Laura Cavalcante Padilha, M. Carmen Villarino Pardo, Mirella Márcia Longo Vieira de Lima, Onésimo Teotónio de Almeida, Petar Petrov, Raquel Bello Vázquez, Sebastião Tavares de Pinho, Teresa Cristina Cerdeira da Silva, Thomas Earle.

Redacção:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas
Endereço eletrónico: ailusit@ci.uc.pt

Realização:

Coordenação: Elias J. Torres Feijó
Revisão: Laura Blanco de la Barrera
Desenho da Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

Impressão e acabamento:

Unidixital, Santiago de Compostela, Galiza
ISSN 0874-5102

AS ACTIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS
TÊM O APOIO REGULAR DO INSTITUTO CAMÕES E DA
CONSELHARIA DA CULTURA DA JUNTA DA GALIZA

SUMÁRIO

EDITORIAL	07
APRESENTAÇÃO	09
ANNA KLOBUCKA Sobre a hipótese de uma <i>herstory</i> da literatura portuguesa	13
ARTURO CASAS Constituição de umha História literária de base sistémica: o sistema cultural como objecto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even- Zohar	27
BENJAMIN ABDALA JUNIOR História da literatura brasileira, de Sílvio Romero.....	57
FERNANDO CABO ASEGUINOLAZA Literaturas regionais e História Literária. Perspectivas comparatistas	87
JOSÉ LUÍS JOBIM A História da Literatura e as trocas e transferências literárias e culturais	105
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO Um desafio a partir do sul –reescrever as histórias da literatura?	117
MARIA DE FÁTIMA MARINHO A construção da memória.....	135
MARIA EUNICE MOREIRA Olhar de Juan Valera: Literatura e cultura na capital do Império Brasileiro no Século XIX	149

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA E LEONOR SIMAS-ALMEIDA	
Cânone, cânones em reflexões dialogadas	165
PAULO MOTTA OLIVEIRA	
A ascensão do romance em português: para além das histórias literárias nacionais	173
PEDRO SERRA	
Transições & passagens. Figuras de uma crítica cultural da razão histórica peninsular	183
RAQUEL BELLO VÁZQUEZ	
A História da Literatura e algumas novas técnicas de estudo. A autonomia da disciplina em causa	253
REGINA ZILBERMAN	
Historicidade e materialidade da literatura	269
VANDA ANASTÁCIO	
Pensar para além das etiquetas	287
ZAHIDÉ LUPINACCI MUZART	
Sob o signo do gótico: O romance feminino no Brasil, século XIX	295
OS/AS AUTORES/AS	309

EDITORIAL

Na Assembleia Geral da AIL, celebrada no Funchal com motivo do IX Congresso da Associação, foi eleita uma nova direcção, que é a transcrita neste número. Por razões operativas e atendendo ao desejo do Prof. Benjamin Abdala Júnior de cessar sua responsabilidade como director executivo da revista, o Presidente nomeou a Profa. Raquel Bello Vázquez, da Universidade de Santiago de Compostela, como Directora executiva da revista *Veredas*, comunicada a toda a Direcção e vogais na reunião celebrada na Universidade do Algarve em 26 de Janeiro de 2009. Em atenção ao facto de os números 10 e 11 da revista, correspondentes a Dezembro de 2008 e Maio de 2009 respectivamente, estarem prontos durante o período em que a Profa. Regina Zilberman foi Presidente da AIL e directora da revista e o Prof. Benjamin Abdala Júnior director executivo, os seus nomes aparecem como tais nos referidos números. A direcção da revista agradece sincera e vivamente o seu magnífico labor à frente da nossa publicação. E igualmente agradece à Profa. Raquel Bello Vázquez a sua dedicação desde o primeiro dia na preparação da edição e distribuição destes números e na planificação do futuro da *Veredas*.

APRESENTAÇÃO

A revista *Veredas* convoca neste número uma reflexão colectiva sobre a historiografia literária, disciplina regrada já antiga que, nos seus perto de 150 anos de história (para o caso português, podemos tomar como ponto de referência 1860, data do preenchimento por António Pedro Lopes de Mendonça da primeira vaga de Literatura Moderna no Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa), tem sido objecto de algumas reformulações mas talvez nenhuma da importância das que começaram a ser geradas nos finais do século passado.

Os consideráveis avanços metodológicos produzidos nos últimos 30 anos, com a incorporação de elementos de análise de disciplinas como a sociologia, a estatística, a ciência política, a economia, etc. e com a definitiva formulação da Literatura como mais um dos processos culturais, entendidos, por sua vez, como processos sociais, mostram de forma cada vez mais acusada a distância que se abre entre as formulações teóricas e as aplicações práticas.

A posta em questão das funções da literatura, das funções do seu ensino, o mesmo questionamento da pertinência do uso de um cânone literário (ou a pertinência da sua existência mesma) provocou também um ataque, desde diferentes ângulos, à própria ideia da História Literária, tal e como a conhecíamos, centrada na sucessão de autores e obras –nuns casos essa sucessão mais adornada de “contexto”, noutros menos-, mas sem mudanças substanciais quanto à sua concepção. A isto há que acrescentar ainda novas propostas de geografia literária, que focam a importância de um novo eixo, o espacial, para a análise da produção cultural, âmbito este no qual se estão a produzir alguns dos debates mais inflamados dos últimos tempos.

Como transferir as inovações teórico-metodológicas para a Historiografia Literária e as suas aplicações (as didácticas, por

exemplo), como combinar a visão temporal da Historiografia com as novas achegas espaciais, em que medida os avanços metodológicos no sentido de estudar a literatura como mais um processo social afectam as dimensões do campo que delimitamos para os nossos estudos... Estes são apenas alguns dos desafios que a investigação recente tem colocado sobre a mesa da História da Literatura.

É neste estado de cousas, que se faz necessária uma reflexão da perspectiva da lusitanística sobre quais são as possíveis vias de redefinição da História da Literatura. Muitos dos estudiosos reunidos neste número têm reflectido sobre estes assuntos em trabalhos individuais, mas a revista *Veredas*, na sua vontade de ser um referente para as Ciências Humanas do âmbito da Lusofonia, não podia ficar à margem deste debate.

No presente número contamos com as reflexões de especialistas de diferentes espaços geográficos e também com diferentes áreas de especialização, que propõem focagens mais teóricas ou mais de caso, em função dos seus diferentes interesses investigadores, mas todas elas pondo em questão a sobrevivência de um modelo de historiografia literária definitivamente superado, julgo que definitivamente.

O artigo de Regina Zilberman pode funcionar de quadro referencial para esta reflexão, já que nos coloca precisamente frente à própria evolução da historicidade da disciplina literária. Ao lado deste, o trabalho de Arturo Casas servirá para focar metodologicamente a questão a partir de um dos quadros teóricos de maior sucesso nos últimos anos, as formulações sistémicas de Itamar Even-Zohar, aplicadas à Historiografia Literária.

Bejamin Abdala Júnior, por seu turno, faz uma revisão crítica da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero à luz, precisamente, das chaves políticas, ideológicas e sociais do Brasil da década de 60, dando especial destaque a como as questões relativas com a mestiçagem e a hibridação foram assumidas pela historiografia literária.

Na linha da análise desta historiografia encontra-se também o texto de Raquel Bello Vázquez, que propõe uma revisão teórica geral sobre esta questão tendo presentes os avanços metodológicos produzidos nas últimas décadas. E as histórias da literatura aparecem também em questão no trabalho de José Luís Jobim, que foca a ausência do fenómeno da transferência, o que provoca graves erros de análise nas relações entre diferentes espaços culturais. Isto faz-se especialmente patente através do caso escolhido, as relações entre os espaços europeus e as suas ex-colónias latino-americanas.

Um grupo de trabalhos trazem-nos os desafios colocados às aparentemente pacíficas cronologias das literaturas nacionais europeias tanto pelas literaturas que emergem dentro das próprias fronteiras dos estados-nação europeus, como o texto de Fernando Cabo Aseguinolaza, que trata, do ponto de vista do comparatismo, as relações, neste caso, as literaturas “regionais” e a Histórias da Literatura, como pelas literaturas surgidas em antigas colónias que só conseguiram a sua independência no séc. XX. É o caso de Margarida Calafate Ribeiro e o seu estudo sobre as literaturas africanas de língua portuguesa.

Numa linha também comparatista, inscreve-se o texto de Pedro Serra, centrado nas relações entre os dous estados ibéricos nos processos de “transição” e “revolução” das décadas de 70.

Mas há outros desafios para a história da literatura, além dos geográficos. Assim, apresentamos neste número alguns trabalhos que focam, através do estudo de algum género literário específico, os espaços de indefinição da Historiografia tradicional. É o caso do artigo de Fátima Marinho sobre as relações entre História e Literatura, através, particularmente, do romance histórico e a função desenvolvida neste pela memória, ou do de Paulo Motta Oliveira, que foca os desencontros entre a cronologia do romance português de Oitocentos e a cronologia assumida para outros sistemas literários.

Há, como é bem conhecido, um outro ângulo de crítica, talvez dos mais sucedidos quanto à sua repercussão social, que é o que procede da análise de género e da crítica feminista. Este é o que

nos oferece Anna Klobucka, que estuda a possível aplicação do conceito *herstory* à literatura portuguesa.

Pegando em elementos do convívio difícil ou impossível entre as cronologias dos diferentes espaços de produção, e também no interesse por constituir uma tradição literária feminina, está o trabalho de Zahidé Lupinacci Muzart, que escolhe o romance brasileiro escrito por mulheres como o seu caso de estudo.

O desvendamento dos processos de formação de sistemas literários nacionais e as relações destes processos com os da própria conformação da nação, são focados no trabalho de Maria Eunice Moreira, inscrevendo-se noutro dos elementos que têm fundamentado a crítica contra a Historiografia literária: a sua vinculação não expressa nem reconhecida com o sustentamento político e identitário das nações. Numa linha similar, encontra-se o trabalho de Onésimo Teotónio de Almeida e de Leonor Simas-Almeida, que nos oferece uma reflexão sobre o cânone na literatura portuguesa em confronto com as discussões tão vivas e persistentes que se têm produzido no espaço norte-americano.

Finalmente, podemos encontrar nestas *Veredas* outra via de ataque a alguma historiografia tradicional, que é a do modo em que as etiquetas para definir os géneros, os períodos, as cronologias, etc. são escolhidas e utilizadas. Estas, como evidencia Vanda Anastácio, servem mais para ocultar do que para analisar os processos sociais e culturais que correm em paralelo à produção literária.

Todos estes contributos serão, com certeza, mais do que conclusões, inícios de debates frutíferos em colóquios, congressos, departamentos universitários e futuros números desta e doutras revistas, e é com essa finalidade que são aqui trazidos: para pôr em conjunto trabalhos muito diferentes, mas que têm similares objectivos, e para levantar discussões novas sobre assuntos que levam entre nós já alguns tempos.

Elias J. Torres Feijó
Universidade de Santiago de Compostela

História da literatura brasileira, de Sílvio Romero

BENJAMIN ABDALA JUNIOR

Universidade de São Paulo

This is a study of Sílvio Romero's *Historia da literatura brasileira* (*The History of Brazilian Literature*), first published in 1888, in which literature is seen, not as *belles-lettres* (the dominant perspective at the time), but as a field of knowledge. This book comprehends all the Brazilian cultural history, painted with the patterns and colors of the Naturalist imagination in the ending of the XIX Century. In this sense, the author points out to the crossbreeding phenomenon, but his ideas still relate to racist theories as he corroborates the ideal of racial "whitening" in the process of this miscegenation. As states Antonio Candido, Sílvio Romero used to employ contradiction as "his own way of living the thinking".

Em artigo do ano 2000, Ariano Suassuna¹ disse que Euclides da Cunha cometeu um grave erro de interpretação ao afirmar que como raça os portugueses eram superiores aos africanos e aos povos indígenas. Esse erro, segundo Ariano, persistiu em Gilberto Freire que o transferiu da área biológica para a cultural quando considerou a cultura européia como superior à dos africanos, assim como esta seria superior, por sua vez, à dos indígenas. Ao fazer essas observações negativas, Ariano Suassuna não deixa, porém, de agradecer aos dois e também a Sílvio Romero por terem contribuído

¹

Suassuna, 2000: 15-16.

para afastar suas próprias *deformações*,² ele que foi educado conforme os padrões do Brasil oficial, da mesma forma que dela não puderam se afastar os três grandes intérpretes do país, que foram decisivos em sua formação intelectual.

Vieram desses intelectuais, de acordo com Suassuna, imagens amorenadas do brasileiro ideal em Sílvio Romero ou ainda dos pardos, em Euclides da Cunha –uma forma, na verdade, de se escamotear os valores dos negros. A valorização do branqueamento do mestiço em relação ao negro seria uma maneira de se desconsiderar as contribuições dos povos africanos. Mais, ele mesmo faz uma autocrítica quando diz que também se colocou nessa perspectiva quando valorizou o *povo castanho* em suas produções, vindo a conscientizar-se depois de que essa era uma maneira de apagar as *manchas negras*³ da constituição antropológica brasileira.

A presença dos povos africanos no país é uma evidência que não pode ser ideologicamente desconsiderada como *mancha negra*. Um estudo sério do hibridismo étnico e cultural do Brasil não pode diminuir a grande importância desses povos com argumentos que são no fundo de um racismo mais ou menos evidente. Ocorreram também manipulações políticas em relação ao conceito de mestiçagem, como no caso de Gilberto Freire, onde esse conceito veio a opor-se ao de negritude, quando da ascensão dos movimentos reivindicatórios dos negros. Entretanto, é necessário se considerar o fato de que a cultura brasileira é híbrida e que formulações como as de Gilberto Freire constituíram rupturas decisivas em relação ao pensamento reacionário do século XIX, eivado de mitologias de superioridade racial eurocêntricas, que vieram a se projetar de forma perversa no século XX.

É diante dessas ambigüidades e de sua historicidade, sem anacronismos, que a *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, pretende ser apresentada neste texto:⁴ uma construção discursiva que além dos seus inegáveis méritos, pelos subsídios que

² Suassuna, 2000: 15.

³ Suassuna, 2000: 16.

⁴ Este texto fará referência à 6.^a edição desse livro, organizada e prefaciada por Nelson Romero, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, 5 tomos.

apresenta para a compreensão do caráter nacional brasileiro, acaba por deixar evidentes as contradições do pensamento crítico de seu autor, um intelectual que dá origem a linhas de reflexões que contribuirão de forma decisiva para a discussão da maneira de ser do brasileiro. Tais contradições têm sua historicidade, estando relacionadas com as convicções de uma época. Não são, pois, de responsabilidade exclusiva de seu autor, podendo ser creditadas a todo um campo intelectual de seu tempo. Era essa a maneira como se pensava cientificamente a literatura e a cultura, com esquemas importados da Europa. Além disso, deve ser destacado o fato de que a *História* de Sílvio Romero significou um avanço para o pensamento crítico, pela preocupação metodológica do autor, que veio a constituir um marco inicial, no Brasil, de toda uma linha de abordagem dos fatos literários e culturais. E também por apresentar uma síntese importante da cultura brasileira, matizada como não poderia deixar de ser pelos padrões e as cores de como nos imaginávamos na virada do século XIX para o XX.

Um polemista

Sílvio Romero (1851-1914) sempre procurou se inserir de forma explosiva no pensamento crítico brasileiro. Sua trajetória intelectual é de uma personalidade em constante movimento, mas atraída por determinados temas. Assim o crítico inquieto os retoma, ou os reformula em seus artigos e ensaios, confluindo-os depois para a sua obra-síntese, a *História*. Motivado por “aperfeiçoar” sua obra, procura sempre acrescentar novos dados ou nuances a sua teoria e crítica –uma atitude, é de se entender, homóloga à maneira de pensar a realidade de seus horizontes ideológicos, o naturalismo evolucionista: de maneira correlata a um organismo vivo, também sua obra se aperfeiçoaria e os embates críticos seriam similares aos aperfeiçoamentos das espécies em suas lutas pela vida. Esse movimento evolutivo tendente à uniformidade e ao aperfeiçoamento, quando procurava aparar contradições, era concomitante com outro, que embalou sua personalidade como cidadão: o gosto pela polêmica. Esse gosto por contraditar não deixa de se manifestar inclusive (a despeito de seus cuidados) no interior de sua própria obra crítica. Talvez se possa afirmar que esse

gosto ou força da contradição explica em parte a heterogeneidade de seus textos (apontada e discutida pela crítica) e dá elementos para o seu envolvimento em polêmicas com quem discordasse de seus pontos de vista. Seria essa a sua luta pela existência de sua obra crítica. Para Antonio Candido, seu leitor em meados do século XX,

[...] a contradição era o seu modo próprio de viver o pensamento, tanto assim que, em vez de paralisá-lo ou fazê-lo voltar atrás, ele o fazia ir para a frente. As suas idéias não se opunham como desenvolvimento linear e conseqüente, mas como vaivém, retomada incessante, tensão de opostos, visão simultânea do verso e do reverso –o que pode ferir exigências lógicas, mas enriquece o senso de realidade. Sob esse aspecto, havia algo dialético no jogo das suas idéias e opiniões, que, se não chegavam a uma síntese satisfatória, permitiam sempre alguma conclusão interessante, graças ao entrelaço por vezes antinômico, mas vivo das proposições, jogadas como pedras.⁵

As pedras vêm das afirmações peremptórias às vezes com pouca argumentação do crítico. Elas foram jogadas, além disso, de forma mais contundentemente contra discursos críticos discordantes do seu, originando polêmicas, como a que manteve com José Veríssimo. Este crítico, embora reconhecesse o mérito histórico de Sílvio Romero, apontava falhas em suas apreciações ou avaliações literárias.⁶ Sílvio Romero foi parcial e equivocou-se nas avaliações de vários escritores, provocando grande impacto, por exemplo, a casmurrice como analisou a obra de Machado de Assis, um escandaloso erro crítico.

Sua concepção de crítica –exercida por ele sobretudo em seu senso comum, no sentido de se apontar com veemência o que considerava ruim ou errado–, como será desenvolvido mais adiante, envolvia a consideração mais ampla da cultura –fato que o levou a procurar desconsiderar o que viesse de quem considerasse estetizante ou distanciado da cultura brasileira. As polêmicas em

⁵ Candido, 1978: XI.

⁶ Vejam-se, de um lado, Sílvio Romero (1909), e, de outro José Veríssimo (1907a: 1-14) e (1907b: 230-270).

que se envolveu não se originaram, entretanto, tão à revelia de Sílvio Romero. Ao contrário, ele parecia gostar delas, como manifestação da máscara de um ator crítico implacável, que ele cultivava, como pode ser observado logo no prólogo à primeira edição de sua *História*, quando diz que “as violentas polêmicas em que se tem achado envolvido”, de Recife ao Rio de Janeiro, vem do fato de que não faz crítica para agradar, fornecendo a “razão da bulha, da gritaria, dos insultos”.⁷

Nascido em Lagarto (Sergipe), Sílvio Romero cursou o secundário no Rio de Janeiro e formou-se em direito no Recife. Foi promotor e deputado em seu estado natal; depois, juiz em Parati. Em 1880 –dois anos antes da publicação de sua *Introdução à história da literatura brasileira*, onde esboçou sua *História da literatura brasileira*– foi nomeado catedrático do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde se aposentaria em 1910. Nesse percurso foi ainda deputado federal por Sergipe, relator do Código Civil Brasileiro e professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Foi do centro da república que Sílvio Romero procurou abarcar toda a vida cultural do país, em especial do Nordeste, procurando relevar a atividade intelectual e artística daquele que considerava o mais importante grupo de seu tempo, a “Escola do Recife”. Embora sua obra seja bastante ampla, distribuindo-se em artigos ou ensaios publicados em periódicos e de livros, é na *História* que ele apresenta uma síntese de seu pensamento sobre a cultura e a sociedade brasileiras, incorporando o que considerou mais significativo dos outros textos.

Uma idéia de sistema

Sílvio Romero vê em sua *História da literatura brasileira* uma evolução natural de sua personalidade. Autor e obra constituiriam dois organismos que seguiram percursos paralelos, evoluindo numa sucessão de fases e em interação com o público. Sua concepção de sistema seguia essa organicidade, de acordo com modelos biológicos da luta pela vida. O sistema literário seria resultante de uma interação com outros sistemas e estaria ligado às

⁷

Sílvio Romero, 1960: 33.

condições da circulação literária de cada momento histórico. Este seria determinante, colocando a literatura como um *produto* cultural, subordinando-a assim aos fatos históricos a determinações de caráter político-social. Essa idéia de sistema ligado à interação com o público será retomado em novas bases e maior complexidade, sem subordinação aos fenômenos políticos e sociais, por Antonio Candido, em sua *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*,⁸ Para este crítico, o sistema envolve autores, “caracterizando a existência de uma vida literária”; públicos, “permitindo sua veiculação; e tradição, para dar continuidade ao repertório literário”.⁹

Sílvio Romero preocupou-se sobretudo com a repercussão da obra nas classes dirigentes, de acordo com os modelos da seleção natural de seu tempo: a repercussão que importava seria especialmente as associadas diretamente com o poder político:

A criação das academias literárias no século XVIII na Bahia e no Rio de Janeiro, fenômeno tão mal apreciado por alguns críticos é, entretanto, um fato altamente significativo. Indica só por si a grande coesão de que gozava o país, o lazer que tinham as altas classes para o cultivo das letras, o gosto reinante pela poesia e as cousas do espírito.¹⁰

Em Antonio Candido, essa idéia de coesão do sistema literário é vista diferentemente: o sistema já possui dinâmica própria, permitindo uma autonomia relativa em relação aos fatos sociais e políticos.

Poder-se-ia, nessa perspectiva, entender essas articulações literárias, que propiciam a *grande coesão*, vista por Sílvio Romero, associando-a às perspectivas hegemônicas do poder simbólico. Esse poder é exercido pelos intelectuais, com base em determinados modelos literários considerados canônicos. A perspectiva de Sílvio Romero seguia critérios diferentes dos críticos anteriores, que considerava estetizantes. Se os cânones se modificam, também isso

⁸ Antonio Candido, 1975.

⁹ Benjamin Abdala Junior, 1999: 364.

¹⁰ Romero, 1960: 386.

ocorre com os critérios de legitimação das obras literárias. Por outro lado, os discursos desse campo intelectual têm especificidades e dinâmicas próprias, da mesma forma que outros gêneros discursivos, como a poesia ou o romance. Se essas formulações do discurso crítico se encontram e se articulam, num mesmo recorte histórico, com as dos gêneros literários (um período literário, por exemplo), não deixam de se embalar pelo movimento interno, que os projetam para outros períodos. Possuem, pois, como foi indicado, uma autonomia relativa diante de outros campos do conhecimento.

A idéia de sistema em Sílvio Romero, embora ele sempre buscasse explicações nas ciências naturais, na prática de suas análises, é genérica: os campos científicos formam sistemas, isto é, conjuntos ou totalidades de objetos, reais ou ideais, que se articulam entre si. A energia que os leva a se desenvolver teria por base motivações raciais e poderiam ser impulsionados pela cultura, ocorrendo para ele analogias de situação entre o que ocorria na biologia e nas esferas da cultura. Seu modelo de sistema veio basicamente da biologia, como tem sido reiterado nesta resenha, mas procura relativizar esse método em muitos momentos de sua *História*. Assim, ele assinala que não poderá haver acordo entre duas maneiras opostas de encarar a história: aquela que faz predominar a ação do exterior para o homem (há sempre aqui um *parti pris* que ele diz não aceitar) ou a que destaca sua ação moral sobre o meio (também não a aceita por considerá-la uma metafísica). E conclui:

Não resta a menor dúvida que a história deve ser encarada com o um problema de biologia; mas a biologia aí se transforma em psicologia e esta em sociologia; há um jogo de ações e reações no mundo objetivo sobre o subjetivo e vice-versa; há uma multidão de causas móveis e variáveis capazes de desorientar o espírito mais observador.¹¹

O sentimento de missão

11

Romero, 1960: 404.

Há em seu texto um sentimento de missão, de dever, de quem “empenha uma pena no Brasil”,¹² um país em via de formação, que também contribui para o rompimento dessa pretendida impassibilidade crítica do naturalismo. Esse sentimento projeta-se na história do país, como um *habitus*, que havia sido e que será retomado por outros escritores e intelectuais brasileiros. Uma tradição, em termos de modelos psicossociais. Assim, ao se referir à situação de alguém que escreve num momento libertário, a festa da Abolição, sancionada poucos dias antes, vislumbra já nesse momento a expressão de um fenômeno bem brasileiro – a apropriação das “glórias dos feitos”: Singular destino da raça negra no Brasil. Alimentou o branco, deu-lhe dinheiro durante quatro séculos e agora por último dá fama aos gananciosos de nomeada fácil, dá glória aos espertos [...] ¹³

Seria esta uma das características das elites políticas, sociais e econômicas brasileiras: adaptar-se a novas situações de forma a continuar exercendo seu poder? Sílvio Romero aponta quem considera libertadores dos escravos: o povo brasileiro e os homens *representativos* com ele identificados, mais importantes do que figuras oficiais (sempre a idéia de totalidade e unidades ativas interdependentes, em evolução –essa é sua visão sistêmica). A luta pela libertação não seria um fato do século XIX, mas muito anterior: começou já no início da escravidão do índio e, depois, do negro. E este teria ensinado ao branco o caminho da libertação.

Ao buscar essa “formação” libertária, aponta as muitas ações/revoluções com esse horizonte, até as ações decisivas dos últimos tempos, inclusive com sua própria ação. A abolição, segundo ele, veio da pressão do conjunto, que já ia libertando os escravos nas fazendas e nos Estados –a tal ponto chegou que, se os políticos não o fizessem logo, não encontrariam mais a quem libertar. Coloca como vitória de um sistema evolutivo: a abolição progressiva, espontânea, popular. Por outro lado, gestos históricos de grupos ou de indivíduos atenuam o determinismo. É assim que Sílvio vê o significado da Inconfidência Mineira e sua

¹² Romero, 1960: 36.

¹³ Romero, 1960: 37.

plêiada de poetas, aquele punhado de sonhadores pressentiu, no vago de suas crenças, todas as vastas idéias que este povo deve esforçar-se para levar a efeito [...] A Inconfidência não chegou a ser uma realidade prática; mas é uma realidade doutrinária. Não se manchou no terreno dos fatos; mas aí está a tremular, há cem anos, como a suprema realidade no mundo de nossas aspirações.¹⁴

Após considerar as aspirações como suprema realidade do mundo, ela as situa como uma necessária santa utopia: Era necessário que a santa utopia fosse desdenhada pelos míopes do tempo, era mister que o sangue ubérrimo dos heróis marcasse os focos brilhantes em que a alma deste povo deve revigorar-se para avançar.¹⁵ Esse avançar segue perspectiva de civilização, entendida como independência da pátria, emancipação dos escravos, unidade federal, vida autonômica e democrática, prosperidade material, alento científico... Enfim, problemas que o autor descortina na recém instaurada república.

Esse impulso libertário entra em contradição com o sistema naturalista e é grande marca do humanismo de Sílvio Romero. Para Antonio Candido, em *O método crítico de Sílvio Romero*,¹⁶ em toda sua obra passa um esforço e um convite à libertação: libertação do peso das raças “inferiores”, libertação da inclemência do clima, libertação do ensino jesuítico e retórico, libertação dos vícios políticos coloniais, libertação do servilismo à França, libertação dos exageros românticos. Conjugadas, todas essas libertações haveriam de dar-lhe a impressão de que o homem pode agir com relativa liberdade dentro do determinismo histórico, que lhe condiciona a existência em sociedade.¹⁷

Essa aspiração pela liberdade em certo sentido relativiza o determinismo histórico que condiciona a vida do homem em sociedade. Vem daí a idéia de *possibilismo* com que Antonio Candido o define, em oposição a um rígido determinismo. Para esse crítico, excetuando-se o primeiro volume da *História* e abstraídas as

¹⁴ Romero, 1960: 483.

¹⁵ Romero, 1960: 483.

¹⁶ Antonio Candido, 1963.

¹⁷ Antonio Candido, 1963: 109.

premissas gerais preestabelecidas, o que aparece é uma série de julgamentos funcionais ou mesmo utilitaristas sobre a contribuição do escritor para o que ele considerava *progresso da cultura pátria*. São esses (poucos) indivíduos –*homens representativos*, de cada momento histórico, isto é, personalidades literárias criativas que se destacaram de um contexto amorfo, que acabaram por simbolizar e dar sentido a uma época. Embora buscasse analogias com a biologia em suas sínteses analíticas, ele não o faz em profundidade, recorrendo a ela no fundo para respaldar de tinturas científicas seus julgamentos subjetivos –ou, se se quiser, adotando um método pseudonaturalista, de *lantejoulas*.¹⁸

Sílvio Romero considerava-se um naturalista idealista, procurando afastar-se de uma visão dicotômica tradicional dos “dois velhos sistemas que devem ser enterrados”: o materialismo e o espiritualismo. Se pensamento e ação, para ele, teriam origem nos átomos, estes seriam de natureza diferente, havendo unidades diferenciadas. Assim, embora todas essas unidades estivessem regidas pelas mesmas leis da mecânica universal, elas teriam vida e atividades próprias:

Podemos crer na liberdade como produto da matéria; onde quer que apareça está integrada de forma a produzir o pensamento, produz também a liberdade que é uma fórmula de discernimento [...] Não se deve aceitar, portanto, a opinião daqueles que tratam os fenômenos sociais pelo mesmo modo que tratariam um problema de mineralogia, a cristalização de uma rocha, por exemplo.¹⁹

Sílvio Romero desconfiava dos sistemas então estabelecidos, embora mesmo a *liberdade* se lhe afigurasse como *uma fórmula de discernimento*. Assim esses sistemas, próprios da maneira de se pensar a realidade de sua época, sempre teimaram em permanecer em seu horizonte:

A ciência social e a ciência moral, conquanto devam obedecer a leis gerais naturalísticas, estas leis não estão ainda definitivamente

¹⁸ Antonio Candido, 1963: 83.

¹⁹ Sílvio Romero, 1960: 627-628.

todas descobertas e formuladas. Existem aí, é certo, quarenta ou cinquenta sistemas de sociologia e moral pretensiosos e quase todos insignificantes em sua pretensiosidade, mas isto não é verdade definitiva.²⁰

Aspirava, pois, por um sistema definitivo, mas só tem a evidência de construções relativas, históricas. Não obstante, a idéia de totalidade de seu sistema inclinava-o, ao mesmo tempo, para o campo oposto. Assim quando resume sua perspectiva crítica, de acordo com o método científico de sua época, considera que essa crítica teve bases históricas, relevando o fato de que ela se configura no século XIX como sistema mais acabado:

Sabe-se que essa tendência foi inoculada no mundo filosófico por Kant; da filosofia passou à religião e à história. É que o ilustre criticista havia retalhado a inteligência humana, pesando-a com a realidade nua e simples. Mas a filosofia alemã não é a única responsável pelo pensamento de nossa época: a filosofia dos orientalistas, o positivismo de Comte e o evolucionismo de Spencer, são também co-autores. Imprimiram-lhe o caráter que mais a distingue: o estudo dos fatos e a abstração das causas transcendentais.²¹

Observações como as acima mencionadas, que reduzia tudo a átomos conforme os postulados científicos da época, parecem-nos hoje bastante ingênuas, mas contribuíram para o avanço de um pensamento brasileiro. Ao aspirar por uma crítica mais imparcial e com embasamento científico, relevando o fato de que ela devesse se situar no horizonte da cultura nacional, Sílvio Romero contribuiu para que tomássemos conhecimento de nossa situação, em vários campos da cultura e não apenas da literatura.

Os períodos da literatura brasileira

Sílvio Romero tinha um critério demasiado amplo para estabelecer o que era ou não literatura: sua noção de sistema

²⁰ Sílvio Romero, 1960: 680.

²¹ Sílvio Romero, 1960: 635.

literário abarcava inter-relações diretas com outros campos do conhecimento. Isso o distinguiu da tradição retórica anterior, de vinculações clássicas, que se limitava exclusivamente ao fato literário como se ele não estivesse imbricado com o conjunto da vida histórico-cultural do país. E foi justamente para se contrapor a essa perspectiva formalista que ele acabou por exagerar o determinismo do meio. Não o meio físico, que ele desconsiderou, mas o social em suas interações raciais, como será visto mais adiante.

O determinismo, aplicado com rigor, leva à subalternidade dos valores específicos da série literária. A literatura é um campo do conhecimento e não se limita às belas letras – equívoco, aliás, que vem até a atualidade. Foi a ênfase na história e por servir-se da literatura para abarcar toda a história cultural do país, que Sílvio Romero coloca ao lado da literatura as manifestações culturais em livro, de caráter paraliterário, como os livros de memória de naturalistas, ou os de história do país. É exemplar o fato de consagrar tópicos de sua *História* aos economistas, juristas, publicistas, oradores, linguistas, moralistas, biógrafos, teólogos etc. Não figuram esses autores apenas como entorno da situação cultural, mas como objeto de análise histórico-cultural, conjuntamente com textos literários. Hoje, a cientificidade na abordagem do texto literário e sua inserção histórica seguem outros caminhos: é fundamental entender os vários campos do conhecimento, bem como a literatura, como séries culturais, com autonomia relativa. E se o objeto da análise é um texto literário, nele o crítico encontra seu ponto de partida para estabelecer relações com outras séries discursivas, como as da história, sociologia, economia, política para a explicação dos autores enquanto personalidades literárias e não o inverso.

Sílvio Romero que sempre teve obsessão pelas classificações, à maneira das ciências naturais, acabou por reformulá-las para com isso melhorá-las. Tinha, pois, consciência de que se tratava de uma construção, estabelecida a partir da observação, e que deveria ser aperfeiçoada. Foi muito criticado por isso. Para o crítico essas contínuas revisões das classificações seriam um *natural* processo de evolução. Buscou analogias

superficiais, ou de *lantejoulas*, como já foi assinalado, através das formações biológicas: uma espécie de seleção natural através das idéias, onde as idéias superiores devorariam as mais fracas, por melhor se adaptarem a novas condições históricas. Talvez as reformulações se devessem em boa parte, na verdade, a uma outra sua grande obsessão: a vontade de apresentar quadros sintéticos da literatura e da cultura brasileiras. Para tanto, seriam necessárias grandes e mais exaustivas análises dos textos literários, o que não ocorreu. As classificações de Sílvio Romero tiveram o mérito de constituir uma tradição, ensejando depois classificações mais elaboradas. É uma tradição que se inicia, cujo ponto de chegada (onde a visão sintética se integra a rigor analítico) será a *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido.

Esse distanciamento crítico em relação ao método que dizia seguir torna-se evidente quando apresenta a tríade determinista de Taine: meio, raça e momento

são a trindade portentosa do criticar contemporâneo; servem para sorver todas as dificuldades [...] Onde encontram um fato qualquer fora do comum recorrem muitos ao *meio*, e o façanhudo fator aparece e arreda os embaraços [...] Outros deixam de lado o *meio* e agarram a muleta do *momento*; alguns, finalmente, calçam as botas da *raça* [...] Não quero, não posso contestar a influência de qualquer desses fatores no desenvolvimento e na formação dos produtos literários. Bem pelo contrário, muitas vezes tenho recorrido também a eles e ainda agora vou de novo recorrer [...] Mas sustento que, só por si, eles são incapazes de revelar, de esclarecer o problema, todo o segredo dos gênios e dos grandes talentos das letras.²²

Período de formação

O primeiro período da *História da literatura brasileira* foi designado por Sílvio Romero como “Primeira época ou período de formação (1500-1750)”, quando apresenta uma linha evolutiva da adaptação do homem e da cultura de Portugal aos trópicos. Valoriza, então, José de Anchieta por sua adesão afetiva ao país,

22

Sílvio Romero, 1960, t. 4: 1.136-1.137.

embora seguisse as diretrizes de sua ordem religiosa, os jesuítas. Mais relevante do que o poema laudatório *Prosopopéia*, de Bento Teixeira (primeiro poema brasileiro publicado em língua portuguesa) foi Gregório de Matos, no século XVII, que considera o fundador da literatura brasileira pelo seu sentimento de nacionalidade. O sistema literário se configurará no século XVIII: “Formam-se tradições intelectuais, fundam-se sociedades literárias”.²³ Sílvio destaca as personalidades representativas da época, como “os dois irmãos Gusmões, Rocha Pita e Antônio José, a saber: a política, as invenções, a história e o teatro”²⁴ e aprecia com lucidez suas trajetórias, quando ataca a Inquisição pela tortura e execução de Antônio José e defende Bartolomeu de Gusmão, *o padre voador*, inventor do balão e que havia sido ridicularizado pelos portugueses (seu mérito foi reconhecido por José Saramago, em *Memorial do convento*).²⁵

Nesse período inicial da *História* já aparece um exemplo da parcialidade crítica de seu autor. Antônio Vieira foi uma da personalidade marcante, um verdadeiro *homem representativo* desse período, como pretendia Sílvio Romero. Entretanto, ele só dedica um parágrafo ao jesuíta e desanca sua obra, ao contrapô-la à de Gregório de Matos. Para o crítico, Vieira é *pedante, arrogante*, vazio de idéias: «Vieira é uma espécie de tribuno e de roupeta que se ilude e ilude os outros com as próprias frases. Matos é um pândego, um precursor dos boêmios, amante das mulatas, desbragado, inconveniente, que tem a coragem de atacar bispos e governadores [...]».²⁶

É assim, desatendo aos valores literários, valorizando a mestiçagem e a afirmação da nacionalidade no conjunto do campo intelectual que o crítico vai continuar seu discurso histórico, ingressando na “Segunda época ou período de desenvolvimento autônômico (1750-1830)”. Para Sílvio, destacam-se nesse momento os poetas da *Escola mineira*, onde o projeto político se imbricou com o estético. Ao analisar os poetas desse grupo, mais

²³ Sílvio Romero, t. 2: 385.

²⁴ Sílvio Romero, t. 2: 385.

²⁵ José Saramago, 1982.

²⁶ Sílvio Romero, 1960, t. 2: 365.

particularmente Tomás Antônio Gonzaga, temos um bom exemplo da subjetividade do crítico que se pretendia objetivo: após transcrever a Lira XIX desse poeta, *um verdadeiro talento*²⁷, ele emotivamente faz sua apreciação: “Isto é um naturalismo completo e perfeito; é a pintura da vida”.²⁸ Não aponta o que seja *naturalismo completo e perfeito* e menos ainda a razão de o poema trazer *a pintura da vida*.

Integram esse período da *História* oradores, a poesia religiosa e a poesia patriótica. O autor não deixa de se enveredar pelas *belas-artes*, ciências naturais, pela economia, direito, etc. e também por medíocres poetas clássicos e por poetas de transição para o romantismo. Enfim, a descrição do sistema cultural exigia esse detalhamento.

Período de transformação romântica e reações anti-românticas

As produções da “Terceira época ou período de transformação romântica –Poesia (1830-1870)” já se desenvolvem em ritmo mais acelerado, exigindo uma divisão em fases, com escritores representativos: a fase de Gonçalves de Magalhães e seu grupo; a do indianismo de Gonçalves Dias; a do subjetivismo de Álvares de Azevedo e seu grupo; a do sertanismo dos poetas do Norte; a do lirismo de Pedro Luís e Fagundes Varela; e finalmente o condoreirismo de Tobias Barreto e de Castro Alves e seu grupo.

O autor da *História* observa que a diferença entre a literatura do século XIX e a anteriormente produzida seria análoga à que ocorreu entre a ciência e a filosofia desse século comparativamente às de outros tempos: antes havia um modelo universal para tudo, nas artes, na gramática; agora o direito vem em função da vida nacional; a língua de uma formação nacional; a poesia de uma idealização nacional.

Em relação à primeira fase, Sílvio Romero destaca o significado histórico de Gonçalves de Magalhães, mas não aceita o

²⁷ Sílvio Romero, 1960, t. 2: 460.

²⁸ Sílvio Romero, 1960, t. 2: 461.

fato de ele procurar nacionalizar a literatura através das “regrinhas de programa”.²⁹ Embora não fosse apreciador do indianismo, o crítico acaba por aceitá-lo pelo fato de essa tendência contribuir para “afastar-nos da exclusiva influência da imitação portuguesa”.³⁰ Gonçalves Dias coloca-se na *História* como o ponto mais alto da segunda fase do romantismo brasileiro, em função da qualidade de sua obra, que é representativa do “genuíno povo brasileiro”.³¹ Trata-se, além disso, de um *tipo de mestiço físico e moral*, que é símbolo de identidade da cultura brasileira, cujos passos o autor rastreia ao curso dessa história da literatura.

Álvares de Azevedo foi considerado escritor representativo da fase seguinte por ser um produto da vida literária brasileira e por romper com a influência exclusiva portuguesa. Isso foi possível pela existência de uma vida intelectual (Nabuco, Eusébio, Rio Branco, etc.), facilitada pela criação de faculdades brasileiras. Ao se desprender da influência exclusiva dos portugueses, houve o preenchimento dos espaços literários e culturais pelos franceses, que Sílvio Romero critica. Para ele, a presença de intelectuais ingleses e alemães nos cursos superiores do Rio de Janeiro contribuiu para o “universalismo literário de nosso romantismo”.³² Ao abordar o grupo de poetas sentimentais dessa época, Sílvio argumenta com sensibilidade crítica que além do sentimentalismo e das lamúrias, como a crítica literária se acostumou a indicar, é necessário destacar que eles eram rebeldes, com “muito brado, muito brado em prol de novas crenças, de novos ideais. Foi um tempo de agitação e toda época de agitação merece grandes preitos da história”.³³

O relevo dado a autores não literários ou a autores literariamente secundários como Tobias Barreto desequilibram essa obra historiográfica. Além disso, a poesia foi supervalorizada, em detrimento da prosa de ficção, deixando essa obra crítica ainda mais lacunar. Sílvio Romero consagra um capítulo para discutir a poesia

²⁹ Sílvio Romero, 1960, t. 3: 797.

³⁰ Sílvio Romero, 1960, t. 3: 915.

³¹ Sílvio Romero, 1960, t. 3: 917.

³² Sílvio Romero, 1960, t. 3: 949.

³³ Sílvio Romero, 1960, t. 3: 969.

condoreira de Tobias Barreto, a última fase do romantismo. A extensão desse estudo é desmedida, quando comparada a de outros autores. Por exemplo, outro condoreiro, de maior impacto de público e de crítica, foi Castro Alves. Embora o poeta baiano fosse de sua predileção, dedica a ele menos de 1/12 das páginas consagradas a Tobias Barreto. Essa extensão é maior que o total do número de páginas relativas a Macedo, Alencar, Manuel Antonio de Almeida, Franklin Távora, Taunay e Machado de Assis.

Em seguida, Sílvio Romero analisa a transformação romântica no teatro e no romance. Esse tópico conjunto já revela a minimização da prosa de ficção, mesmo diante do teatro. É importante indicar, entretanto, como ele justifica o esquecimento por parte da crítica e do público do principal dramaturgo da época (Martins Pena): entre outros motivos, pelo fato de ele se referir constantemente aos escravos, moleques, mucamas e a alta frequência de personagens negras e mestiças que contrariavam o “gosto da branquidade”³⁴ da vida social. Foi essa mesma razão que fez com que a obra-prima do teatro de José de Alencar –*O demônio familiar*– não fosse mais encenada.

A apresentação dos romancistas é feita de forma sumaríssima, embora considere José de Alencar a personalidade mais importante do romantismo brasileiro, depois de Gonçalves Dias. Quem ele destaca mais entre os ficcionistas, em termos de espaço, é Machado de Assis, justamente para criticá-lo. Seus preconceitos a avaliações pessoais aí afloram, como foi indicado. Sua crítica, equivocada, é indigna do próprio Sílvio Romero:

O estilo de Machado de Assis, sem ser notado por um forte cunho pessoal, é a fotografia exata de seu espírito, de sua índole psicológica indecisa. Correto e maneiroso, não é vivace, nem rútilo, nem grandioso, nem eloqüente. É plácido e igual, uniforme e compassado. Sente-se que o autor não dispõe profusamente, espontaneamente, do vocabulário e da frase. Vê-se que ele apalpa

³⁴

Sílvio Romero, 1960, t. 4: 1.381.

e tropeça, que sofre de uma perturbação qualquer nos órgãos da linguagem.³⁵

Outras manifestações em prosa de publicistas, oradores e historiadores completam esse período, caracterizando a atmosfera intelectual desse momento de afirmação da nacionalidade. Entre os artigos esparsos dedicados a personalidades dessa época, inseridos nesta parte, está um dedicado a Euclides da Cunha. Como fecho, a *História da literatura brasileira* traz as reações anti-românticas nas quais se insere o próprio Sílvio Romero. Em relação à poesia era o momento dos poetas baudelairianos e parnasianos. A respeito dessas tendências, o autor da *História* assinala: “Se Teófilo Dias é o mais ardente, Raimundo Correia o mais sereno, Alberto de Oliveira o mais artistas destes poetas, Olavo Bilac é o mais espontâneo, o mais natural de todos eles”.³⁶ É problemático classificar Bilac como poeta *espontâneo e natural*.

Mestiçagem, critério de unidade

Sílvio Romero tem na mestiçagem o ideal da identidade nacional brasileira. Nessa interação antropológica, procurava aliar determinantes raciais com os de outras esferas, de ordem psicológica, sociológica, cultural e também política. Vem do modelo antropológico da mestiçagem a defesa política do *unitarismo* do país, em oposição ao *federalismo*. Essa idéia de unidade política, espiritual e étnica do país, não poderia correr um risco que considerava introjetado em nosso povo: o caráter ibero-latino, sempre propício ao desmembramento como ocorreu na América hispânica. Não aceita, assim, o que designou mania de se copiar os norte-americanos: «A idéia de federação se assenta em dois falsos pressupostos: a crença errônea de nos convir o que convém aos anglo-americanos e a falsa teoria de supor que para lá nos levam as lições da história».³⁷

³⁵ Sílvio Romero, 1960, t. 5: 1.506.

³⁶ Sílvio Romero, 1960, t. 5: 1.506, 1.677.

³⁷ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 44.

Sílvio Romero pode ser situado no quadro geral das classes médias citadinas que não aceitam as oligarquias regionais, estas sim descentralizadoras e com vocação separatista. Do seu ponto de vista vê então a mestiçagem como força biológica capaz de contribuir para a unidade nacional. Essa interação étnica da história brasileira, “representada pelo sangue e pela língua”,³⁸ foi-se tornando, para ele, “o centro de atração constituidor dos grandes focos nacionais”.³⁹ Para Sílvio Romero o caráter nacional brasileiro estaria no mestiço: “O mestiço é produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional. Nossa psicologia popular seria um produto desse estado inicial”.⁴⁰ Embora destaque esse caráter étnico-cultural, esse fato não significa que «constituímos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro».⁴¹

Ao abordar esse caráter nacional na literatura brasileira, Sílvio Romero destaca o fato de tratar-se de uma literatura transplantada da Europa. Considerada como apêndice da literatura portuguesa, nossa literatura figurou no texto de autores portugueses como acessório do pensamento da antiga metrópole. Entretanto, essa perspectiva é parcial, pois a história do Brasil e de sua cultura não podem ser «a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também como quis de passagem supor o romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo».⁴²

Houve, segundo Sílvio Romero, a formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, onde predomina a mestiçagem, tanto do ponto de vista físico como cultural. São estes os fatores: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. O horizonte de Sílvio Romero para avaliar um autor está nessa

³⁸ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 44.

³⁹ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 44.

⁴⁰ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 120.

⁴¹ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 120.

⁴² Sílvio Romero, 1960, t. 1:53.

mestiçagem: quanto mais mestiço mais próximo do caráter nacional brasileiro.

Branqueamento, a máscara da mestiçagem

Embora situe a mestiçagem como própria do caráter nacional brasileiro, Sílvio Romero indica que com a extinção do tráfico, o gradual desaparecimento dos índios e a constante entrada da imigração européia, poderá vir a predominar de futuro, “ao que se pode supor, a feição branca em nosso mestiçamento”.⁴³ Esse ideal do branqueamento adquirirá novas nuances, no século XX, na obra de outros autores, como em Gilberto Freire e mesmo na obra conservadora de Oliveira Viana. Não obstante, esse ideal de branqueamento que leva à atenuação das bases étnico-culturais africanas, o discurso de Sílvio Romero sobre os negros não deixa de ser reivindicador: «[...] é indispensável restituir aos negros o que lhes tiramos: o lugar que lhes compete em tudo que tem sido praticado no Brasil. E o que mais admira é que o não tenham feito tantos negros e mestiços ilustrados, existentes no país».⁴⁴

Sílvio Romero fica igualmente contraditório quando pretende pesar o que existiria de favorável ou de desfavorável na mestiçagem. Curiosamente, sob este aspecto, o crítico que dizia não aceitar mistificações, ficou preso a superstições científicas. Ele aceita a idéia de superioridade racial sem verificar sua pertinência, corroborando acriticamente suas formulações discursivas. Decorrem dessas concepções racistas suas ambigüidades quando discorre sobre a mestiçagem. Observa, então, que ela foi positiva por propiciar a adaptação aos trópicos do europeu, mas que teria ocasionado, ao mesmo tempo, “certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum”.⁴⁵ Não obstante, num direcionamento oposto, esse mesmo mestiçamento promoveu a *unidade da geração futura* e, se controlado (fusões sobretudo com a “raça branca”, superior), seria

⁴³ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 291.

⁴⁴ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 296.

⁴⁵ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 305.

possível eliminar seus defeitos e insuficiências, através da força da educação. Ao mesmo tempo que aponta o caminho ideológico do branqueamento, Sílvio Romero diz: «Aos mestiços devemos, na esfera literária, mais do que aos outros elementos da nossa população, as cores vivas e ardentes de nosso lirismo, de nossa pintura, de nossa música, de nossa arte em geral».⁴⁶

Entre os poetas envolvidos no abolicionismo, Sílvio Romero destacou Luís Gama, pela sátira que ele faz à branquidade, mania que devasta grande porção de verdadeiros mestiços, que pretendem ter prosápia fidalga. Sabe-se que a mistura das três raças fundamentais de nossa população deu-se em larguíssima escala, e é fenômeno ineludível; o número dos brancos puros é muito pouco avultado, e, não obstante, quase toda a gente tem suas veleidades a descender de sangue azul...⁴⁷

Em seguida, Sílvio Romero vai ao extremo de negar a latinidade brasileira. Seus argumentos são étnicos e não culturais. Diz que os índios e os africanos evidentemente nada tinham de latinos e os portugueses eram produtos de uma grande miscigenação cuja

base fundamental é de iberos a que se ligaram lígures, celtas, fenícios, cartagineses, godos, suevos, árabes, almóades, almorávides, mouros de toda a casta, sem falar de escravos negros e indianos que se lhe adicionaram em tempos./Os romanos entraram também com o seu contingente, importantíssimo pelo lado cultural e insignificante pelo número.⁴⁸

Novamente o autor da *História* está fazendo uma leitura via etnologia física, desconsiderando a evidência da apropriação dos bens culturais que ele admite, pois aponta a importância cultural dos romanos, na transcrição acima. Tal importância veio do fato de se estabelecer uma continuidade do repertório cultural romano na península ibérica, através de setores sociais hegemônicos que os fizeram seus, alimentando-se ainda dos repertórios de outros povos

⁴⁶ Sílvio Romero, 1960, t. 1: 305.

⁴⁷ Sílvio Romero, 1960, t. 4: 1.171.

⁴⁸ Sílvio Romero, 1960, t. 4: 1.171.

ou classes sociais. Foi ainda decisiva a influência da igreja católica e dos sistemas de estado que perpetuaram esses repertórios da práxis social.

A influência estrangeira

A civilização nas Américas, de acordo com Sílvio Romero, tem sido um processo de *aclimação* e, inevitavelmente, de *transformação* da cultura europeia. Nesse processo, nos três primeiros séculos, quando o país ainda estava sob domínio colonial, seguiu-se o modelo da metrópole, pois não tínhamos autonomia política e literária. Haveria uma dupla imitação: imitação de seus modelos e dos modelos que ela imitava. A posição portuguesa, com o romantismo, foi desbancada pela francesa. É através da literatura francesa que conhecemos outras literaturas: a inglesa, a alemã, a italiana, etc. Um processo de imitação similar ao dos tempos coloniais. Para o autor da *História*, essa imitação tornou-se uma fatalidade em nosso percurso histórico pelo fato de se constituir aquilo que hoje denominamos um *habitus* cultural. Olha-se mais para fora do país, desconhecendo-se o que aqui se aclimatou ou se criou. Não há por parte do crítico desconsideração em relação às culturas estrangeiras, mas um questionamento desse *habitus* que vem dos tempos coloniais.

Sílvio Romero busca o significado desses *habitus* na história do país. São modelos de comportamento que têm dificultado os indivíduos assumirem suas cidadanias. Seria responsabilidade da literatura apontar esses problemas, mesmo causando desagrado. O retrato que traça do país é de ruínas: lavoura decadente, comércio nas mãos dos estrangeiros e uma atmosfera de opressão social contra os *proletários rurais*.⁴⁹ Busca uma origem histórica para essa situação: o absolutismo monárquico. A ausência de uma forte consciência coletiva de povo é também vista por Sílvio Romero como conseqüência de uma vida geograficamente dispersa, que inviabilizaria

⁴⁹

Sílvio Romero, 1960, t. 4: 139.

a formação de uma forte consciência coletiva, um vivaz sentimento de nacionalidade [...] Uma administração compressor e rapace habituou o nosso povo, desde suas origens, a considerar com maus olhos a governança e tudo que com ela se relaciona. Os chamados aspectos políticos não podiam escapar a esse desprestígio, a essa falta de simpatia.⁵⁰

Essa situação fez com que o brasileiro sempre esperasse uma iniciativa de fora e de cima, não desenvolvendo suas próprias potencialidades. Faltar-nos-ia, para o autor da *História*, uma individualidade característica em termos políticos e intelectuais. Na literatura, segundo ele, nada mais foi feito do que glosar os europeus, com idéias tomadas às vezes em segunda e terceira mão.

A cultura popular

Sílvio Romero foi um grande pesquisador da cultura popular brasileira. Suas recolhas constituíram repertório inicial para outros estudiosos, entre eles, Mário de Andrade. Em relação às personagens dessa literatura, ele considerou roupagens de um mesmo povo o sertanejo, o matuto, o caipira, o praieiro, etc., pois nesses tipos é dominante o caráter nacional, de origem popular, que tudo unifica. Esse caráter está igualmente nas produções anônimas da cultura popular. Isso não significa, entretanto, que se deva sonhar com “um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador de idéias. Do concurso das diversas aptidões dos Estados é que deve sair o nosso progresso”.⁵¹ É aí que está a *grande alma nacional*.⁵²

Para o autor da *História*, a fusão e o mestiçamento das cantigas populares, romances, xácaras, orações, parlendas, versos gerais, loas, etc. trazem um mestiçamento psicológico correlato:

Romances e xácaras se nos deparam por este Brasil em fora que são casos irrefragáveis dessa espécie de hibridização. São produtos recentes de nossas atuais populações mestiçadas,

⁵⁰ Sílvio Romero, 1960, t. 4: 175.

⁵¹ Sílvio Romero, 1960, t. 4: 151.

⁵² Sílvio Romero, 1960, t. 4: 151.

moldados sobre velhos elementos tradicionais, inteiramente transformados pelos cantores modernos, caipiras, tabaréus, matutos ou sertanejos.⁵³

É dessa perspectiva descentrada que Sílvio procura ver a cultura brasileira, sem o preconceito que ele atribui para quem a vê com a cabeça e os pés no Rio de Janeiro.

Sílvio Romero desconsidera os poetastros que tentaram imitar a cultura popular de forma grosseira, referindo-se negativamente aos Catulos da Paixão Cearense de todos os tempos. Diferentes dessas apropriações da cultura popular são as que encontra nas produções de nossos melhores líricos, como Gonçalves Dias, Fagundes Varela, Castro Alves, Casimiro de Abreu e outros.

Na *História* há reiterados comentários do autor, que não se cansa de repetir que o Brasil não é o Rio de Janeiro. Ao apontar que o país é mais amplo, em sua diversidade, inclusive literária, procura destacar as produções culturais nordestinas. Critica, ao mesmo tempo, a situação social controlada pelos latifundiários regionais. Sua posição é de intelectual brasileiro das cidades, uma categoria social originária da ascensão dos filhos de negociantes e agricultores que conseguiram vencer a coerção desse latifúndio, chegando aos cursos de Medicina, Direito e Engenharia para engrossar as fileiras dos funcionários públicos. O esforço desses intelectuais

seria aviventar o pensamento nacional ao contato das grandes idéias do mundo culto, sem afogar esta nacionalidade nascente num pélagos de imitação sem critério, esses não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos últimos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris [...] ⁵⁴

A questão da nacionalidade

A história da literatura brasileira coloca-se para Sílvio Romero como uma *descrição* dos esforços de seu povo para pensar

⁵³ Sílvio Romero, 1960, t. 4: 161.

⁵⁴ Sílvio Romero, 1960, t. 4: 139-140.

por conta própria, através de seus representantes mais significativos de cada período. Há uma divisão de tarefas nessa empreitada: compete ao crítico e ao historiador discutir as questões nacionais, não ao poeta. Este deve ter fundamentalmente talento, sem se preocupar se o que está criando é ou não nacional. Se tentar ser nacional à força, o resultado será falso. Não é nacional quem quer, mas “aquele que a natureza o faz, ainda que não o procure ostensivamente”.⁵⁵ Temas universais poderiam e deveriam ser tratados desde uma ótica brasileira. Sílvio vê, nesse sentido, múltiplos *sistemas* na literatura brasileira, conforme a natureza étnica de origem (africana, indígena e dos mestiços –sertanejos, tabaréus, matutos, regatões, etc.). Não há referência na *História* à diversidade entre índios e africanos, só em relação à variedade dos mestiços.

O caráter nacional da literatura, de acordo com essa perspectiva, não se inventa, mas nasce espontaneamente e se manifesta literariamente mesmo contra a vontade dos escritores. É por essa razão que Sílvio Romero critica o nacionalismo exterior, que aparece na literatura brasileira, quando se privilegia a representação ufanista, por exemplo, do caboclo ou do sertanejo. Não que a escolha não seja legítima, mas por faltar-lhe a criticidade, trazendo assim para a literatura as “qualidades nativas, boas ou más”.⁵⁶

Na *História*, o nacional conflui para o mestiço, como tem sido reiterado. Foi em função dessa mestiçagem que o seu autor fez uma defesa emotiva do poeta Domingos Caldas Barbosa. É um exemplo de como – a partir de postulados racistas de seu tempo – Sílvio Romero procura relevar a maneira de ser do mestiço, contraditando postulados que julgava acreditar. Nesse sentido, ele critica Varnhagen que atribuiu à mestiçagem um suposto caráter submisso desse poeta, segundo ele uma injustiça e um erro grave, pois o poeta não era submisso,

apenas amorável, alegre, expansivo e divertido: Além disso, se há alguma coisa no mestiço, que se possa considerar a nota

⁵⁵ Sílvio Romero, 1960, t. 2: 406.

⁵⁶ Sílvio Romero, 1960, t. 2: 407, nota 1.

predominante de seu caráter, é a rudeza, a independência, o orgulho, a tendência ao desrespeito, a falta de senso de veneração.⁵⁷

Sílvio Romero projeta no mestiço, traços psicossociais de altivez e independência que imaginava próprios do caráter nacional brasileiro. Em relação ao sistema literário, Caldas Barbosa seria um poeta representativo de sua época também por conseguir consagração e popularidade. Apropriado pela população anônima, esta fez seus pedaços das cantigas do poeta –um material que traz a maneira de ser de uma população tropical, muito doce, distante quer de Lisboa ou do Rio de Janeiro. Na metrópole, Sílvio vê uma terra de poetas “mordazes e inchados de retórica” (Bocage e Agostinho de Macedo); no Rio de Janeiro, *a menos nacional de todas as capitais do mundo*.⁵⁸

Cruz e Sousa e Euclides da Cunha, estratégias discursivas?

Cruz e Sousa, na poesia, e Euclides da Cunha, na prosa, poderiam constituir pontos de chegada do discurso crítico da *História*. São dois autores estreitamente ligados aos ideais de mestiçagem de Sílvio Romero e a estratégia discursiva desse crítico poderia convergir para eles. Na prática, não foi o que aconteceu, embora eles se aproximem de seus modelos de escritores, pois sua obra na verdade reúne matéria esparsa, publicada em épocas diferentes.

Sílvio Romero é eloqüente quando situa Cruz e Sousa como o ponto culminante da lírica brasileira: Sofreu os terríveis agores de sua posição de preto e de pobre, desprotegido e certamente desprezado. Mas sua alma cândida e seu peregrino talento deixaram sulco bem forte na poesia nacional. Morreu muito moço, em 1898, quase ao findar deste século, e nele acha-se o ponto culminante da lírica brasileira após quatrocentos anos de existência.⁵⁹ A referência

⁵⁷ Sílvio Romero, 1960, t. 2: 476.

⁵⁸ Sílvio Romero, 1960, t. 2: 478.

⁵⁹ Sílvio Romero, 1960, t. 5: 1 686.

à imagem das almas cândidas certamente deve ser atribuída às formulações ideológicas do autor já referidas. Mas, procurando escapar desses horizontes, por via afetiva, reconhece e proclama os méritos artísticos de Cruz e Sousa –um negro que se colocava à frente de todos, desdizendo pressupostos de inferioridade racial.

É com *Os sertões*, embora situado nos “Artigos esparsos” de sua *História*, que Sílvio Romero encerra o percurso de seu discurso histórico-literário. Obcecado por modelos unitários, Euclides da Cunha como Cruz e Sousa terminaram por serem convenientes ao crítico que os admirava. Evidentemente essa visão é parcial, reduziíssima, pois tende a minimizar o valor de outros autores significativos, inclusive de outras épocas, para apontar para um evolucionismo estreito que contraria o rico *colorido* das produções literárias indicadas pelo autor em vários momentos de sua *História*. Adequaram-se Euclides e Cruz e Sousa, entretanto, ainda plenamente a suas teses relativamente à unidade nacional com base no mestiçamento biológico e cultural. N’*Os sertões*, predominavam imagens do amorenamento; na poesia de Cruz e Sousa encontrava um negro que, sem abdicar de sua condição étnica, incorporava a cultura mestiça do país, dialogando com as tendências mais atuais da poesia européia.

Euclides trouxe uma síntese do homem brasileiro, representado de forma superiormente artística. Para Sílvio Romero, mais do que uma construção, tratava-se de uma representação autêntica de um homem brasileiro, permitindo-lhe então opor essa forma de ver a realidade brasileira, dura e áspera, baseada na observação, aos poetas deliquêscientes “que enfiam frases no Rio de Janeiro”.⁶⁰ Os sertanejos são, em oposição a esses deliquêscientes, tipos rígidos e “expoentes indicadores das correntes subalternas das multidões” e não expressões passivas “ditadas pela própria natureza”,⁶¹ pois ali estão cristalizações humanas obtidas por quatrocentos anos de relacionamentos do homem com a terra. A

⁶⁰ Sílvio Romero, 1960, t. 5: 1 793.

⁶¹ Sílvio Romero, 1960, t. 5: 1 795.

superior organização formal do romance coloca-o como “um dos livros máximos na literatura de língua portuguesa”.⁶²

Hibridismo, uma questão atual

Para concluir, convém relevar o significado histórico-cultural da *História da literatura brasileira*, uma obra que vale como síntese da literatura e da cultura do país, publicada nos inícios da República. Era esse momento de sonhos libertários e de defesa de uma metodologia científica para as ciências humanas que imprimiu as motivações de fundo para o projeto de Sílvio Romero. Um projeto que não se fechava em si, pois que o autor tinha consciência de sua historicidade, revisando-a, reformulando-a. Conformada sua estrutura, a obra tornou-se contexto, isto é, ponto de partida crítico para outros estudiosos da literatura e da cultura do país.

Além desse significado histórico, a *História* é hoje texto de grande valia para a discussão da cultura brasileira. As questões sobre mestiçagem e hibridismo cultural que levanta colocam-se como matéria de interesse para a discussão das culturas contemporâneas. A hibridez é mostrada por Sílvio Romero de forma ambígua: ele a teme pelo que ela poderia representar em termos de desagregação política da nascente república, mas ele também a aprecia pelos muitos matizes que apresenta da identidade cultural brasileira. Hoje esse conceito de hibridez é alargado da referência exclusiva aos países latino-americanos –países de colonização recente–, para o conjunto da cultura contemporânea. Hibridez, nesse sentido, não é um problema, mas possibilidades abertas por culturas que não se conformam a modelos unitários, avessos à liberdade. Sílvio Romero discutiu essas questões há mais de um século, perseguindo às vezes ambigualmente a possibilidade de se construir no país um espaço de liberdade. Para tanto, em grandes sínteses, destacou as potencialidades das formas literárias produzidas no país – formas mestiças embaladas, dir-se-ia hoje, por pedaços de culturas provenientes de Portugal (para o autor, Portugal também é mestiço), da África e dos povos ameríndios. Há, pois, uma produtividade interna que motiva

⁶²

Sílvio Romero, 1960, t. 5: 1.797.

a cultura brasileira, sobretudo em nível popular –uma dinâmica cultural que não pode ser desconsiderada por parte da intelectualidade brasileira, que continua a repetir o *habitus* adquirido nos tempos coloniais e do Império, denunciado por Sílvio Romero: o olhar obsessivo para fora do país, desconsiderando o que aqui se produziu. Essa mesma observação crítica vale igualmente para aqueles que se admiram com a aparente novidade dos estudos culturais e das teorias relativas à crioulidade ou à hibridez das culturas, não localizando no pensamento crítico brasileiro toda uma tradição relativa à mestiçagem que viria enriquecer esse debate.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. “Antonio Candido: *Formação da literatura brasileira*”, em Lourenço Dantas Mota (Org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.
- CANDIDO, Antonio (ed.). *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC-Livros Técnicos e Científicos/Edusp, 1978.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975. 2 vols. 5ª. Edição.
- CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1963. 2ª edição.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 6ª. ed. organizada e prefaciada por Nelson Romero. 5 tomos.
- ROMERO, Sílvio. *Zeveirissimações ineptas da crítica (repulsas e desabafos)*. Porto: *O comércio do Porto*, 1909.
- SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. Lisboa: Editorial Caminho, 19
- SUASSUNA, Ariano. “Biologia e cultura. Sobre Gilberto Freyre e o racismo”, em *Bravo*, Ano III, nº 33, São Paulo, junho, 2000, pp. 15-16.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*, 6ª série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907. Em João Alexandre Barbosa (ed.) *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC-Livros Técnicos e Científicos/Edusp, 1978
- VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? e outros escritos*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907. Em João Alexandre Barbosa (ed.) *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC-Livros Técnicos e Científicos/Edusp, 1978.

